

TALLITA MASSUCCI TOLEDO

TRABALHO EM CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO: *ESCRAVIDÃO POR
DÍVIDAS*

CURITIBA
2007

TALLITA MASSUCCI TOLEDO

**TRABALHO EM CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO: *ESCRAVIDÃO POR
DÍVIDAS***

**Monografia apresentada ao Curso de
Direito, Setor de Ciências Jurídicas da
Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Direito.**

**Orientador: Professor Wilson Ramos
Filho**

**CURITIBA
2007**

Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros, somos por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos.

(RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2006, p.108)

Agradecimentos

A meus pais, pelos valores que me foram passados, os quais me fizeram interessar pelo tema sob a forma de extrema indignação.

Ao Bruno, pela compreensão, paciência e companheirismo.

Aos meus avós, pelo exemplo de coragem.

Ao Professor Wilson, pela exigência e orientação.

Ao Doutor Gláucio Araújo, pelas informações prestadas em sua total dedicação ao tema.

À vida, pelo senso crítico que me fez desenvolver.

A todos aqueles que participam da luta contra a escravidão.

SUMÁRIO

RESUMO.....iv

1. INTRODUÇÃO.....5

2. ESCRAVIDÃO NO BRASIL: SÉCULOS XVI AO XIX.....8

3. PROCESSO DE ESCRAVIZAÇÃO ATUAL: MECANISMOS DE EXCLUSÃO....13

4. ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA.....25

 4.1 A problemática da denominação e conceito25

 4.2 A escravidão por dívidas31

5. MECANISMOS DE REPRESSÃO AO TRABALHO ESCRAVO37

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS44

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....47

RESUMO

Retoma-se a escravidão do período colonial brasileiro, baseada na mão-de-obra escrava negra africana, a fim de constatar que embora oficialmente abolida pela Lei Áurea em 1888, esse modo de produção nunca deixou de existir, pelo contrário, sempre persistiu na franja da exclusão. A conexão entre aquela -escravidão "abolida"- e esta -dos tempos atuais- é percorrida no capítulo que trata dos mecanismos de exclusão, no qual se ressalta a importância do questionamento e da crítica ao modelo produtivo vigente. A crítica que não se faz ouvir não é legítima, daí a importância da *crítica voice* como motor da história, já que há sempre um *vinculum substanceae* que perpetua ao longo dos tempos. Livre de máscaras, a escravidão se demonstra ainda patente, momento ideal para definir seu conceito contemporâneo, consolidado no tipo aberto do art. 149 CP. Analisa-se o estado Pará, exemplo mais impactante, onde a pobreza se une à impunidade para fazer com que a lei nacional ceda lugar à lei do mais forte. Por fim, a atuação específica e coordenada dos Grupos Móveis de Fiscalização e das Varas Itinerantes na tentativa de erradicar essa chaga que assola principalmente o princípio da dignidade humana.

Palavras-chave: Exclusão; Escravidão por dívidas; Mecanismos de repressão.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi resultado da indignação diante de uma situação até então obscura, porém não totalmente desconhecida.

A informação de uma jovem inglesa de apenas 9 anos de idade, que perfeitamente compreendia o conceito de escravidão contemporânea, fez despertar o sentimento de curiosidade e angústia.

A garota, então, falava sobre a realidade chinesa sem suspeitar de sua aproximação com a brasileira no que tange ao fenômeno da escravidão.

O inconformismo só fez aumentar à medida que se tomou mais contato com o tema. Teve-se a oportunidade de explorá-lo em cada região brasileira, desde a Região Norte, sobre a qual uma típica percepção sulista seria “lá é normal em razão da pobreza e pouco desenvolvimento”, passando pela Região Nordeste, Central e finalmente, Sudeste e Sul.

Evidente que as diversidades culturais, geográficas, políticas e econômicas dão à escravidão contemporânea características próprias em cada uma das regiões: na Região Sul, a principal forma de exploração dessa mão-de-obra dá-se nas atividades de florestamento e reflorestamento. Na Região Sudeste, forte pólo industrial, explora-se imigrantes bolivianos ilegais nas indústrias têxteis. Em razão de seu potencial turístico, a Região Nordeste convive com a escravidão sexual. Por sua vez, na Região Centro-Oeste, onde a pecuária e a soja detêm um papel fundamental do PIB regional, não é raro deparar-se com trabalhadores escravizados em fazendas agropecuárias. Por fim, na Região Norte, constata-se a ocorrência da escravidão por dívidas.

Por sua maior crueldade e fácil constatação, a Região Norte foi aqui escolhida para uma investigação mais detalhada, centrada especialmente na realidade Paraense.

Todavia, para uma melhor compreensão do fenômeno atual retoma-se no primeiro capítulo a escravidão brasileira entre os séculos XVI e XIX na expectativa de se resgatar instrumentos que, guardadas as devidas diferenças, permitem aproximar aspectos daquela e da atual escravidão.

A figura do opressor, as vítimas “estrangeiras”, a submissão, o medo, a coação, os castigos, as condições desumanas, a convivência social e política, a

ganância e o poder, são apenas exemplos do que se pode observar nessas formas de exploração da mão-de-obra.

Inevitável, nesse momento, a indagação sobre qual a causa da atualidade desse fenômeno. Por que ainda há escravidão no Brasil? Uma resposta precipitada poderia incorrer em erro, pois não há bibliografia segura a esse respeito.

Com esse sentimento nasceu o segundo capítulo, que buscou aliar a investigação “das metamorfoses das questões sociais” às transformações e sucessões dos modelos capitalistas mais atuais. Somente então deparou-se com uma resposta que, sem pretensão de ser a única em vista da complexidade da problemática, ao menos tenciona aquietar a angústia e indignação levantados pelo tema.

Estabelecidos os primeiros contatos com o tema, é hora de definir um conceito. Tarefa, essa, não menos árdua, tendo em vista a falta de consenso doutrinário.

Nesse momento entra em cena o Ministério Público do Trabalho que, ao optar por priorizar a garantia da dignidade humana, afastou um conceito arraigado dentre a comunidade internacional a qual considera caracterizada “a condição análoga à de escravo” apenas quando presentes a coação física e o cerceamento da liberdade. Por sua vez, o órgão ministerial preferiu garantir plena eficácia ao dispositivo do art. 149 do Código Penal Brasileiro, de tipologia aberta nos seguintes termos: *“reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-a a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto (...)”*.

Em seguida, adentra-se à investigação da escravidão propriamente dita. A transcrição de relatos reais colhidos de trabalhadores libertos e pessoas que tiveram, ou têm, contato direto com essa realidade objetivou traduzir com fidelidade essa situação no terceiro capítulo.

Por fim, no capítulo derradeiro, prioriza-se o esclarecimento da atividade coordenada entre os grupos móveis de fiscalização e as varas itinerantes como mecanismos de combate ao trabalho escravo adequados à realidade social, física e geográfica da realidade paraense.

Contudo, ainda que da atuação desses mecanismos repressivos resultem efeitos positivos na redução dos casos de escravidão, não se pode descuidar da

realidade, ainda alarmante, fato que se comprova pelo alto índice de reincidência na prática desse crime e, motivo que, dentre outros, mantém a relevância do trabalho desenvolvido nas páginas a seguir.

2. ESCRAVIDÃO NO BRASIL: SÉCULOS XVI-XIX

Conta a lenda que o primeiro estrangeiro a residir nos solos do Novo Mundo foi Diogo Álvares, náufrago português, que haveria caído nas mãos de povos indígenas -Tupinambás, dentre os quais conquistou respeito valendo-se de uma carabina. Foi então denominado *Caramuru*, e casou-se com a filha do chefe da Tribo: Paraguaçu, ou Katerine Du Brésil, conforme batizado católico em França no ano de 1528.

Sua importância deveu-se especialmente por ter atuado como intermediário entre Tomé de Souza, primeiro governador Geral do Brasil, e os índios, que nele confiavam.

Ao contrário do que se afirma – que os índios eram povos pacíficos, fracos e moles, que trabalhavam apenas no plantio do que comiam e comendo só o que vingava – os índios eram fortes, vigorosos e assaz conhecedores do território. Fato esse que, aliado ao de representarem mão-de-obra fácil e obediente, desde o início fez despertar grande interesse na empreitada colonizadora lusitana.

“Possivelmente ele servia como intermediário entre o governo de Tomé de Sousa instalado na cidade de Salvador, e os índios, que produziam a farinha nas circunvizinhanças do porto de Tatuapara e ainda se mantinham arredios ou hostis aos portugueses”¹.

Entretanto, a dominação portuguesa não pôde se processar às custas dessa mão-de-obra, que se mostrou resistente tão logo percebeu que a submissão ao invasor representava sua desumanização como bestas de cargas.

Os portugueses lutaram durante décadas contra esses povos até que conseguiram estabelecer sua dominação sobre todas as regiões da Colônia.

Em número bastante diminuto as povoações indígenas já não atraíam mais tanto interesse do colonizador, cedendo lugar a três novos tipos de agrupamentos: escravos africanos nos engenhos e portos, mamelucos e brancos pobres.

Tratava-se já do século XVII, quando o Reino de Portugal e Espanha estavam unidos sob a denominação de União Ibérica. A indústria mercantil, forte especialmente nesses dois países, demandava ainda mais exploração de suas

¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo: A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p.83.

colônias, e milhares de negros africanos acabaram sendo trazidos ao Brasil para servirem como escravos.

Desenraizados e subjugados, os negros que aqui chegavam eram distribuídos entre os senhores importadores. Esses senhores de engenho tinham especial precaução para comprá-los de tribos diversas, pois, ainda que de igual nacionalidade, na maior parte das vezes utilizavam diferentes dialetos, e, não raro, pertenciam a tribos inimigas.

Todo esse zelo se devia ao temor de uma possível revolta, capaz de pôr em perigo todo o sistema produtivo, pois completamente dependente de uma mesma força produtiva: a mão-de-obra escrava.

Ainda, essa preocupação também explica o fato de os senhores detentores dos meios produtivos sempre terem utilizado forte coação física e moral.

J. Kenneth GALBRAITH em **Anatomia do Poder**, ao pontuar a questão do poder e o porquê da submissão a ele, admite haver três instrumentos de poder: o condigno, o condicionado e o compensatório.

Assim, o poder condigno acena como o instrumento que permitiu a submissão dos escravos à vontade de seu senhor, ao passo que *“o poder condigno esmaga o indivíduo com algo suficientemente doloroso, física ou emocionalmente, para fazê-lo renunciar à sua própria vontade ou preferência a fim de evitar o sofrimento”*².

Isto significa dizer que a violência era legitimada como elemento componente do modo de produção, parte da estratégia do incipiente capitalismo, e, instrumento essencial a manutenção do sistema latifundiário da época.

Se violência e cultura do terror são essenciais ao exercício do poder e determinantes da submissão, é fácil compreender a normalidade com que foram aceitas pelo governo, sociedade e Igreja:

*“Os castigos corporais são comuns, permitidos por lei e com a permissão da Igreja. As Ordenações Filipinas sancionam a morte e mutilação dos negros como também o açoite. Segundo um regimento de 1633 o castigo é realizado por etapas: depois de bem açoitado, o senhor mandará picar o escravo com navalha ou faca que corte bem e dar-lhe com sal, sumo de limão e urina e o meterá alguns dias na corrente, e sendo fêmea, será açoitada à guisa de baioneta dentro de casa com o mesmo açoite”*³.

² KALBRAIGHT, J. Kenneth. *Anatomia do poder*. 2.ed., trad., São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1986, p. 15-16.

³ HISTORIANET – A nossa história. *Brasil Colônia: O trabalho escravo na História do Brasil*. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=4> Acesso em: 31 março 2007.

Tamanha era a desconsideração da humanidade e personalidade de cada escravo, que por certa ocasião um capataz referia-se a eles como simples meio/instrumento de produção ao considerar as vantagens de utilizar negros cativos ou importados, optando sempre por esses últimos por mais rentáveis:

“é sem controvérsia que a metade dos que nascem, morrem até a idade de dez anos, e calculando a despesa de um escravo crioulo até dar serviço, monta 24\$600 por ano, que nos quinze anos de criação vem a ficar pela quantia de 369\$000 réis, quando um africano desta mesma idade compra-se por 150\$000 réis, e eis aqui o crioulo em mais carestia, excedendo ao africano em 219\$000 réis.

Outra observação provada pela experiência, que ao duro trabalho dos engenhos resiste mais o escravo africano do que o crioulo, por ser de constituição menos robusta e de cinquenta anos para adiante não se pode contar em linha de serviços, contando-se alias o africano até sessenta e cinco, uns mais, e outro menos, o que não sucede geralmente com os crioulos, mulatos e mestiços”⁴.

Encarados como “coisa”, e como tal “sem alma”, os escravos eram tidos como propriedade de seus senhores, servindo tão apenas como mão-de-obra barata, geradora de riquezas.

“Desapossados de suas terras, escravizados em seus corpos, convertidos em bens semoventes para os usos que o senhor lhes desse, eles eram também despojados de sua alma”⁵.

O aparato ideológico, também, era bastante forte no sentido de fazer com que tanto índios quanto negros aceitassem a imposta submissão ao branco, de “raça superior”, como algo normal. Não faltava a atuação da ideologia religiosa nessa empreitada:

“Sobre esses índios assombrados com o que lhes sucedia é que caiu a pregação missionária, como um flagelo. Com ela, os índios souberam que por culpa sua, que o bom Deus do céu caíra sobre eles, como um cão selvagem, ameaçando lança-los para sempre nos infernos”⁶.

Havia, pois, montado e integrado pelas classes interessadas em fazer perdurar a estrutura vigente, um aparato ideológico capaz de persuadir o escravo a aceitar sua submissão ao branco como a ordem natural das coisas.

⁴ RIBEIRO, Darcy. *O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.149.

⁵ RIBEIRO, D. Idem, p. 65.

⁶ RIBEIRO, D. Idem, p. 39.

Tratava-se do poder condicionado, nas palavras de GALBRIGHT, exercido pelos senhores de engenho da época, pela Igreja e pela Coroa portuguesa, ainda que de forma indireta,

“O poder condicionado é o produto de um continuum que parte da persuasão objetiva, visível, até o ponto em que aquilo que o indivíduo no contexto social fora levado a acreditar seja intrinsecamente correto”⁷.

(...)

“Uma vez conquistada a crença, através do condicionamento explícito ou implícito, a decorrente subordinação. À vontade de outros é considerada como produto do sendo moral ou social do próprio indivíduo – da sua intuição do que é certo ou bom.”⁸

Assim, o escravo acreditava que deveria obedecer ao branco porque assim era o certo, a tal ponto essa concepção se tornou verdadeira e intrínseca que não era mais capaz de discernir entre o que era certo por assim o considerava, ou se era certo por que assim o fizeram acreditar que era. A crença foi o principal instrumento do poder condicionado.

As coações moral e física foram tão intensas, e a própria estrutura política assim pretendia, que mesmo sendo escravo liberto, o medo da agressão não lhes permitia o desejo de fruição da nova liberdade,

“o perigo de ser considerado foragido ou quilombola afeta também o negro alforriado. Com medo de ser perseguido e de ter a sua família confundida com um quilombo, disponível à destruição, não foram poucos engenhos que continuaram se sujeitando à permanência nas fazendas e engenhos, que lhes garantiam maior estabilidade, ainda que sobre a irreal concretização da liberdade”⁹.

Gradualmente, no entanto, e principalmente em função das exigências do modelo econômico, neste caso do modelo industrial inglês, caminhou-se rumo a libertação escravista.

Lançando mão de uma estratégia claramente paliativa, que pretendia tão-só acalmar o ânimo daqueles que pretendiam a abolição, a “classe dirigente” editou uma série de leis, tais como a Lei do Ventre Livre ou dos Nascituros¹⁰, de 28 de

⁷ GALBRIGHT, J. K. *Op. cit.*, p. 30.

⁸ GALBRIGHT, J. K. *Idem*, p. 35.

⁹ PEDROSO, Eliane. Da negação ao reconhecimento da escravidão contemporânea. In: *Trabalho Escravo Contemporâneo: O desafio de superar a negação*. São Paulo: LTr, 2006, p. 59.

¹⁰ “O projeto da Lei do Ventre Livre foi proposto pelo gabinete conservador presidido pelo visconde do Rio Branco em 27 de maio de 1871. Por vários meses, os deputados dos partidos Conservador e Liberal discutiram a proposta. Em 28 de setembro de 1871 a lei nº 2040 após ter sido aprovada pela Câmara, foi também aprovado pelo Senado. Embora tenha sido objeto de grandes controvérsias no Parlamento, a lei representou, na prática, um passo tímido na direção do fim da escravatura”.

setembro de 1871, e a Lei Saraiva-Cotegipe¹¹ (ou Lei dos Sexagenários), de 28 de setembro de 1885, que pouco representaram em termos práticos.

*“Nesse sentido, vale transcrever a posição do periódico Província de São Paulo, atual O Estado de São Paulo, em 17 de maio de 1884: Não há no paiz quem não queira a emancipação da escravatura. A escravidão é um grande mal que somos victimas por herança, mas não se pode acabar com o mal produzindo outro ainda maior, porque além de attender grandes questões econômicas e sociais há um outro princípio ainda maior: o moral. Não é possível libertar repentinamente 1 400 000 homens **não preparados para a liberdade**, é necessário um **PRAZO RAZOÁVEL**. O Brasil não pode arrastar à ruína pelo arrebatamento de **corações generosos**”. Obs. O destaque em versalete é do próprio periódico e os destaques em itálico são da autora da obra. Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do final XIX. São Paulo: Companhia da Letras, 2001, p.180”¹².*

Dessa forma, foi possível contornar temporariamente a situação, cada vez mais acirrada, permitindo que os senhores da classe dominante tivessem o menor prejuízo possível, valendo-se da exploração do que lhes ainda restava.

Somente em 13 de maio de 1888, com a edição da Lei nº 3.353, Lei Áurea¹³, a escravidão negra no Brasil foi realmente “extinta”¹⁴.

Extraído de < <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/imperio/ventrelivre.htm>>, consultado em 03/04/2007.

¹¹ “Mesmo sendo uma lei de pouco efeito prático, já que libertava escravos, que por sua idade tinham uma força de trabalho pouco valiosa, a Lei dos Sexagenários provocou grande resistência dos senhores de escravos e de seus representantes na Assembléia Nacional. A Lei nº 3270 foi aprovada em 1885, e ficou conhecida como a Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários”. Extraída de < www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/imperio/sexagenarios.htm>, consultado em 03/04/2007.

¹² Tomou-se emprestado a nota de rodapé nº 140, In: PEDROSO, E. *Op.cit.*, p.62

¹³ A PRINCESA IMPERIAL Regente em Nome de Sua Majestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Faz saber a todos os súditos do IMPÉRIO que a Assembléia Geral Decretou e Ela sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º - É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Manda portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O Secretário de Estado dos Negócios d'Agricultura, Comércio e Obras Públicas e Interino dos Negócios Estrangeiros Bacharel Rodrigo Augusto da Silva do Conselho de Sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dado no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888 - 67º da Independência e do Império.

Carta de Lei, pela qual Vossa Alteza Imperial manda executar o Decreto da Assembléia Geral, que Houve por bem sancionar declarando extinta a escravidão no Brasil, como nela se declara.

Para Vossa Alteza Imperial ver.

Extraído de < www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1851-1900/L3353.htm>, consultado em 30/04/2007.

3. PROCESSO DE ESCRAVIZAÇÃO ATUAL: MECANISMOS DE EXCLUSÃO

A análise das conjunturas social, econômica e política atuais depende de uma prévia compreensão: *a história não é composta de fatos isolados e petrificados*. Há sim uma estrutura dinâmica que tende a se perpetuar por todo o seu desenvolvimento e evolução.

Esse movimento que tende a perpetuar os fenômenos econômicos, sociais e políticos em sua unidade foi bem designado por Luiz Alberto Moniz BANDEIRA¹⁵ como “*continuum histórico*”. Brilhante foi o autor ao dispor que no mundo há um *vinculum substantiae* que une o passado ao presente, capaz de explicar e legitimar os eventos cotidianos.

Premissa lançada, acresce-se a ela entendimento obtido a partir das teses de Luc BOLTANSKI e Ève CHIAPELLO¹⁶ desenvolvidas em ***El nuevo espíritu del capitalismo*** para uma melhor compreensão do fenômeno.

A obra que fora concebida centrada nos eventos ocorridos nos últimos 30 anos da sociedade francesa tem por escopo a abordagem das trocas ideológicas que acompanharam, e ainda acompanham, as recentes transformações do capitalismo.

Embora as teses tenham sido construídas a partir da conjuntura francesa pretendem-se generalizantes, porém não universais, conforme ressalva dos autores:

*“No pretendemos afirmar que lo que há pasado em Francia sea um ejemplo para el resto del mundo ni que los modelos que hemos elaborado a partir de la situación francesa tengan, tal cual, una validez universal. Tenemos, sin embargo, buenas razones para pensar que procesos bastante similares al francés han marcado la evolución de las ideologías que han acompañado a la reorganización del capitalismo em otros países desarrollados, según modalidades sujetas, em cada caso, a las especificidades de la historia política y social que solo análisis regionales detallados permitirán iluminar con la precisión suficiente”.*¹⁷

Nesse sentido, poder-se-ia afirmar a existência de um “espírito do capitalismo” capaz de, enquanto ideologia, convencer os indivíduos a aceitarem o

¹⁴ Destaque-se que a escravidão negra africana, mão-de-obra utilizada entre os séculos XVI a XIX, foi realmente extinta. Entretanto, a escravidão, tema do presente estudo, persiste ainda na contemporaneidade conforme se demonstrará.

¹⁵ BANDEIRA, L. A. M. *Op. cit.*, *passim*.

¹⁶ BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *El nuevo espíritu del capitalismo*. trad., Madrid: Akal, 2002.

¹⁷ BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *Idem*, p. 34.

modelo econômico vigente e com ele se comprometerem em prol de mais vantagens individuais e coletivas.

Esse espírito proporciona a justificação do modelo ao qual se aplica e, simultaneamente, configura um ponto crítico de forma a permitir a separação entre as formas concretas de acumulação e as concepções normativas da ordem social.

Em suma, para cada modelo econômico capitalista (de economia doméstica e comercial, cívica e industrial, empresarial e gestão empresarial), isto é, para cada época e sociedade, há um “espírito” capitalista próprio, entendido como o conjunto de crenças acerca da ordem econômica que justifica e legitima os modos de ação e produção, valendo-se de princípios que se pretendem universais¹⁸.

A sucessão dos espíritos capitalistas tem como motor a crítica. É por intermédio dela – da crítica - que periodicamente em decorrência da evolução ideológica, social e econômica identifica-se a modalidade capitalista vigente como fonte de desencantamento, inautenticidade, opressão, miséria dos trabalhadores, desigualdade, oportunismo e egoísmo.

A reação a esse atuar crítico que evidencia novas demandas e expectativas por parte dos componentes sociais se manifesta sob a forma de exigência por novas personalidades profissionais, por novos modos de produção, por novos valores e paradigmas sociais.

A cada época surge a demanda por um perfil que melhor corresponda ao sistema vigente, por exemplo, se em um “modelo econômico de redes” a figura do diretor de alta confiança era o cargo almejado por todos, na passagem desse modelo a outro, essa figura perdeu lugar, vez que associada à rigidez, estabilidade e hierarquia, em nada condizentes com as novas demandas. Todavia, em perfeita sintonia com elas, surgiu a figura do gerente, responsável pela gestão empresarial, hábil a animar os trabalhadores para o labor. Os gerentes atendiam ao modelo

¹⁸ BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *Op. cit.*, p. 56-68, explicam que a noção de justiça está diretamente relacionada aos diversos valores sociais, de modo que o primeiro espírito do capitalismo se inseria na sociedade doméstica e comercial, e, portanto justos seriam os valores relacionados a hierarquia e mercado competitivo. Enquanto que, o segundo espírito capitalista relaciona-se a sociedade industrial e cívica, e como tal, as justificativas se dão em torno da satisfação da vontade geral e da eficácia e configuração das escalas profissionais. Por sua vez o terceiro espírito capitalista, ainda em formação, estaria ainda consolidando princípios próprios, condizentes com a modalidade de gestão empresarial.

exigido pelo novo sistema, ao passo em que figuravam como personalidades humanistas, móveis, visionárias e criativas.

As novas demandas surgem frente ao fato de que as transformações do espírito do capitalismo acompanham as condições de vida e de trabalho na sociedade, refletindo em si a dinâmica entre autonomia, segurança e bem comum. O reconhecimento de que a estrutura ideológica vigente já não mais é apta àquela sociedade ocorre por meio de uma crítica ativa e legítima, passando então ao próximo espírito. Explica-se.

Os “antigos” diretores, até então, de alta confiança, frente ao aparecimento dos gerentes, perderam em importância no cenário sócio-econômico. O que não significa dizer que tenham desaparecido desse cenário. Ao contrário, subsistem concomitante a implantação do novo modelo, tendo posição e salário rebaixados naquelas empresas que evoluíram com o sistema.

A estrutura dinâmica de evolução obriga os indivíduos a se adaptarem às novas exigências do mercado, correspondendo aos novos padrões e perfis impostos. Nesse sentido, bem sucedido é aquele que evolui na velocidade da troca de paradigmas e, com facilidade, se enquadra no novo sistema.

Por outro lado, os “não adaptados”, aqueles que não correspondem ao novo perfil exigido, coexistem no novo sistema como “desfiliados”, isto é, submetidos ao desemprego pelo desajuste da demanda e da qualificação da mão-de-obra oferecida.

O sujeito assalariado procura por um posto de trabalho, porém não o encontra em decorrência de uma estrutura social e comercial rígida, incapaz de absorver o trabalho que ele disponibiliza.

Caracteriza-se por esse motivo a situação de vulnerabilidade do empregado. O sujeito desfiliado, sem ter mais o quê oferecer/vender além de sua força laboral, a qual já não satisfaz, submete-se aos postos de trabalho que lhe são disponibilizados.

Esse fenômeno, ainda que soe atual, e de fato também o é, não foi estreado pelo liberalismo econômico do século XVIII. Ao contrário do que possa parecer esse século marcado pela ideologia liberal, livre de qualquer influência estatal. em que constou patente a pior forma de servidão, a da necessidade, teve origem desde a época medieval.

Durante a Idade Média, a ameaça que o enorme contingente de miseráveis, inválidos, e desempregados representava à coesão social e à estrutura de todo o sistema gerou a reação tanto do governo quanto da Igreja. Com objetivo de impedir uma possível revolução acabaram por promover campanhas de “assistência”.

A assistência era prestada àqueles aptos a trabalhar, mas que por algum motivo não o faziam. Era uma forma de assegurar o trabalhador válido para uma próxima oportunidade, sem que esse se revoltasse contra o próprio sistema que o excluiu.

No intuito de encontrar os beneficiários da assistência promoveu-se uma estratificação social pela qual se evidencia a “desclassificação social”, marcada pela mobilidade descendente dos denominados “pobres envergonhados”¹⁹ e o “subemprego”, a que eram entregues os trabalhadores válidos, de forma muito próxima à mendicância.

Assim, é forçoso afirmar a coexistência dos seguintes componentes sociais, dentre outros que aqui não importam ao tema em estudo:

- *simulação da invalidez*: grupo composto de pessoas que, embora não acometidas por alguma incapacidade real, fingiam-na possuir, a fim de se eximir da obrigação laborativa;

- *pobres envergonhados*: indivíduos aptos ao trabalho, mas que, por sua educação mais sofisticada e anterior posição de privilégio na sociedade, não aceitavam se submeter a qualquer emprego, principalmente os que envolviam trabalhos braçais. Nesse ponto é possível constatar uma tendência ainda atual: o desprezo pelo trabalho braçal, sempre destinado à “plebe”;

- *mendigo válido*: classe composta pelos excluídos do sistema. São pessoas aptas ao labor, mas que por motivo ou outro, muito mais externo a ele do que dele dependente, não conseguem um posto de trabalho. São casos que despertam compaixão dentre a sociedade, interessada em prestar-lhes auxílio pelo temor advindo da perspectiva de um futuro semelhante. Assim, afirma-se que os mendigos válidos traziam implícita a constatação da questão social: a miséria trabalhadora, ou decadência dos miseráveis que não tem trabalho.

¹⁹ Nomenclatura utilizada por CASTEL, Robert em *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 5. ed., trad., Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

É de se notar que essa estratificação não abarca a totalidade dos elementos sociais. Isso porque nem todos poderiam ser “assistidos” pelos planos religiosos e governamentais, fosse por uma impossibilidade físico-geográfica (lembre-se que a Idade Média foi marcada pela divisão territorial em feudos), fosse por uma impossibilidade econômico-financeira imposta pela conjuntura econômica.

Disso resulta que, para além da franja pobre assistida, resta ainda uma massa de excluídos da organização do trabalho, da divisão da estrutura social abordada acima, e da assistência.

Esses indivíduos sem lugar próprio no sistema, situados para além da franja abrangida pela assistência, compunham uma classe ainda mais desprivilegiada: a dos *supranumerários*.

O resultado não poderia ser diverso. Havia uma massa de trabalhadores sem recursos para viver senão de sua força braçal, todavia esta força não podia ser incorporada pela sociedade, vez que previamente já se houvera definido as formas e os locais de trabalho de cada trabalhador, ou classe de trabalhadores.

Portanto, desde essa época, a desigualdade é responsável pela diferença de “poder” de negociação – entre empregadores e empregados – a cerca de melhores condições de trabalho, e, como consequência, a marca da submissão. Assim, é notório que o valor a ser pago por determinado serviço é estipulado por aquele que detém o poder, sem que para tanto possa haver qualquer forma de negociação: ou se aceita aquilo que é estipulado ou se está fora do sistema.

A partir do século XIV teve início a desregulamentação da organização do trabalho distanciando-se do modelo estático e regulamentado feudal e aproximando-se do modelo mais liberal, sem que, todavia, pudesse se falar àquela época em um mercado de trabalho propriamente dito.

Nesse sentido, o que existia, pois, era uma rígida organização do trabalho em contradição com uma classe de pessoas que vagueavam pelo sistema, pois nele não conseguiam inserir-se.

Esses “sem lugar” nas cidades ali se colocaram em razão do advento da Peste Negra, que determinou o êxodo rural e, conseqüentemente, culminou no abalo da estrutura econômica até então vigente,

“uma sociedade camponesa regida pelos costumes foi abalada por causa da mobilidade incontrolável dos camponeses e por todas as transações referentes à terra”²⁰.

Os camponeses migraram para as cidades com a intenção de vender sua força de trabalho, todavia não detinham a qualificação exigida e o mercado não foi capaz de incorporá-los. Foi o início do pauperismo.

Esses pobres “vagabundos” do Antigo Regime, para utilizar a terminologia de Robert CASTEL²¹, ocuparam o lugar social até então destinado aos supranumerários da estrutura feudal. Hoje, posição incorporada pelos desempregados subqualificados em busca de emprego.

Entre os vagabundos (do Antigo Regime), os supranumerários (da estrutura feudal), os pobres (da Idade Moderna) e os miseráveis desempregados (da contemporaneidade) não restam dúvidas de que a única diferença entre eles é terminológica:

“um pobre-diabo que não aprendeu no quadro dos “ofícios”, sem qualificação, que trabalha de vez em quando, porém, freqüentemente, está em busca de um pequeno serviço aleatório, dessocializando-se progressivamente ao longo de suas peregrinações, e apanhado pelo braço secular num momento desfavorável de sua trajetória errante”²².

O rótulo “vagabundo”, característico do Antigo Regime foi, portanto, incorporado no século XIX pelos proletários, muito embora se soubesse não ser deles a culpa pela “vagabundagem”.

Referido mecanismo de rotulação fazia parte da estratégia utilizada pelo Estado, o qual empregava a cultura do medo do desemprego como meta política, vez que a ele importava que não sobrassem indivíduos desocupados o suficiente para tramarem uma revolução.

Foi assim que de forma repressiva e preventiva as políticas públicas centraram-se no cultivo do medo dos indivíduos, atormentando-os com a possibilidade da miserabilidade, forçando-os a venderem sua força de trabalho pelo preço que o mercado se dispunha a pagar.

Nesse sentido, novamente, Robert CASTEL constata outro fenômeno também contemporâneo:

²⁰ R. Hilton, *Les mouvements paysans au Moyen age*, p. 123. Apud CASTEL, R. *Op.cit.*, p. 112.

²¹ CASTEL, R. *Op.cit.*, *passim*.

²² CASTEL, R. *Idem*, p. 131.

"o processo pelo qual uma sociedade expulsa alguns de seus membros obriga a que se interroge sobre o que, em seu centro, impulsiona essa dinâmica. Essa relação encoberta do centro com a periferia que se deve agora tentar fazer aparecer. A lição poderá valer também para os dias de hoje: o cerne da problemática da exclusão não está onde estão os excluídos" ²³

Com a Revolução Industrial a condição de assalariado estava associada aos ideais de liberdade e dinâmica contratual.

Em realidade a liberdade apregoada durante esse período não passava do plano ideológico. Não havia qualquer liberdade do operário na escolha de onde trabalhar, assim como também graças à sua inferioridade econômica não havia liberdade de contrato.

Era, pois, indigna a condição de assalariado que em razão da necessidade e dependência acabava por se submeter às degradantes atividades impostas.

Em decorrência das terríveis condições de trabalho oferecidas nas cidades teve início um movimento "nômade" entre os operários, sempre em busca de melhores condições de emprego.

Essa "mobilidade" ensejou insegurança no seio da classe empregadora e fez surgir a necessidade de instituir novos regulamentos capazes de prender os trabalhadores ao empregador. Retoma-se o velho paradigma do trabalho forçado para submeter à condição de assalariado.

Foi assim que, de forma coercitiva, se recrutou os operários dentre as populações nômades de desfilados.

Inegável, pois, a constatação de que há sempre uma indigência estrutural nas sociedades. Há também uma indigência conjuntural causada de tempos em tempos, mas sempre presente, por uma crise de subsistência. Ainda que algumas parcelas da sociedade conquistem melhorias em sua condição social, a miséria continua uma componente estrutural essencial, em decorrência de razões econômicas e sociológicas.

Colocou-se frente a frente um indivíduo impelido ao trabalho e o empregador, fora do domínio da necessidade. No trabalho liberado reina a instabilidade do emprego caracterizada pela falta de garantia, segurança e proteção. Nesse momento, o pauperismo não inclui tão só miséria material, mas também moral.

²³ CASTEL, R. *Op.cit.*, p. 136.

Já em meados do século XIX, é imprescindível a constituição de um modelo econômico mais liberal que viesse a fazer frente aos desequilíbrios humanos e sociais. Até mesmo em razão daquela função crítica desenvolvida em contraposição ao espírito do capitalismo vigente abordada no início do capítulo.

A questão agora seria a busca por um modelo moderado pautado entre intervencionismo estatal e o liberalismo puro. Com esse intuito constatou-se o paralelo entre a oposição trabalho x propriedade e segurança x insegurança.

Daí se infere que a propriedade é responsável por impedir a autonomia dos indivíduos. A maior parte dos trabalhadores é vulnerável, pois privada de proteções vinculadas à propriedade.

A partir da constatação de que a propriedade era fonte de dignidade e segurança dos homens, as políticas públicas passaram a visar a necessidade da generalização de seu acesso, bem como de sua relativização de acordo com a função social.

O direito de propriedade foi incluído dentre os direitos humanos, tanto quanto foi possível afirmar que ser cidadão é ser proprietário. A propriedade funda a existência social.

Tem-se, pois, uma propriedade limitada em sua extensão, controlada pelos usos e referida à sua utilidade social.

A classe operária, nesse sentido, conquistou direitos tais como: férias, jornada semanal de 40 horas, remuneração de um tempo livre e, o reconhecimento de humanidade e dignidade²⁴.

Portanto, foi a ausência de autonomia o elemento responsável pela motivação dos operários no sentido de desejarem reapropriar, reconquistar sua

²⁴ Em pese argumentos contrários que afirmam: "Tais observações dos formuladores, executores e beneficiários da CLT certamente desmentem a afirmação pública de Vargas de que as leis eram uma outorga dessinteressada aos trabalhadores por parte de uma elite ilustrada, auto-imagem laudatória central para a propaganda getulista. Também solapam qualquer tentação em apresentá-las como uma conquista da classe trabalhadora brasileira, resultado de uma longa batalha por reforma sociais e cidadania, como foi o caso da legislação trabalhista federal mexicana de 1931. O cinismo consciente revelado por esse comentários também demonstra que a CLT estava longe de ser um esforço idealista para implantar um amplo padrão moral de justiça nos locais de trabalho, resultado que, se foi apenas parcialmente alcançado, se deve a motivos que fugiam ao controle de seus criadores". Retirado de FRENCH D., John. Afogados em leis: *a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. trad., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 39.

dignidade social no trabalho, até então alienada pela organização capitalista de produção.

Nesse momento há uma conscientização da existência de um “continuum” de posições nas sociedades salariais, apesar dos diferentes blocos das profissões dentro dela, que motiva a concorrência em busca das melhores posições no seio da sociedade.

As transições entre um sistema econômico e outro, entre diferentes sociedades, como já se argüiu, decorre dos questionamentos levantados pela crítica social. Sua gênese está na conscientização dos elementos sociais a cerca de sua situação face ao paradigma da ordem mundial.

Da análise desse movimento dinâmico entre sociedades ressalta-se uma característica do século XIX: a capacidade de escutar a crítica²⁵, a que os franceses denominam “voice”.

Entretanto, por sua importância resta, ainda, esclarecer algo que até então permaneceu implícito.

Embora haja alteração na configuração do sistema econômico, com o conseqüente surgimento de novos objetivos e demandas em uma ordem de sucessão de diferentes sociedades, permanecem elementos das sociedades anteriores, pois que ainda não criticados quando da constituição da nova sociedade.

É o que se exemplifica por intermédio das modificações na organização interna do trabalho na França. Tais modificações estavam relacionadas à introdução do Taylorismo, que fez ex-surgir o segundo espírito capitalista. Assim, embora a tendência predominante durante o segundo espírito tenha sido de dar continuidade a este movimento, em geral, temos que algumas empresas mantiveram-se pré-tayloristas, outras introduziram novos métodos de organização desse tipo de trabalho, e apenas as indústrias de processo contínuo realizaram rupturas mais importantes.

Percebe-se, pois, que sobram no novo sistema resquícios da estrutura produtiva anterior. Esses resquícios coexistem com as novas estruturas surgidas em resposta à crítica. A explicação disso reside no fato de em parte não terem sido atingidas pela crítica, e parte porque a história não é composta de fatos homogêneos e sincrônicos.

²⁵ BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *Op. cit.*, *passim*.

Da mesma forma ocorre em relação às demandas por novos perfis. Ou seja, diversas personalidades profissionais alternam posições na sociedade, não deixando de subsistir aquelas que não conseguem se adaptaram às novas exigências. Os não-adaptados sobram e conseqüentemente há uma redução cada vez maior de seu poder de negociação.

Resta-lhes, a esses supranumerários, apenas sua força braçal, a qual o postará frente a frente a um patrão com toda uma organização voltada a ele. Não é preciso um esforço intelectual muito grande para se imaginar quem detém o poder de escolha e imposição nesta conjuntura.

A única forma de combater a força dos grandes, de modo a permitir a incorporação das exigências do novo espírito capitalista, ocorre através da articulação de um movimento contrário, no caso, o movimento crítico, forte e legítimo o suficiente para fazer frente e abalar a estrutura vigente.

A exemplificação é dada em termos de uma sempre presente dialética de poder,

*"Finalmente, no entanto, a organização (juntamente com a propriedade) substituiu a liderança pessoal como a fonte de poder do empregador. Com isso houve uma mudança nos instrumentos de imposição e também no poder de resposta dos trabalhadores"*²⁶.

Assim, a forma como se relatou as sucessivas transformações dos modelos capitalistas, isto é, a forma como o primeiro espírito capitalista deu lugar ao segundo, o qual se construiu centrado na correção das injustiças do primeiro, mas que também por sua vez foi criticado e, ameaçado, deu origem ao terceiro, denota a importância de proceder-se a uma crítica legítima, e, pois, forte.

Entretanto em não havendo força suficiente, e sabe-se que os indivíduos supranumerários de fato não a detêm, mantém-se as mais precárias condições de trabalho. Paralelamente, os detentores de meios de produção sem receber qualquer crítica, ou ameaça dela, tendencialmente far-se-ão valer dos elementos de produção que mais lhe garantem lucro e alimentem o espírito capitalista para ele vigente.

²⁶ "Nos anos 30, foram os líderes empresariais, homens de personalidade forte como Ford, Weir e Girdler, e também Sewell Avery da Montgomery Ward, que chefiavam a luta aberta e violenta contra os sindicatos. Já os dirigentes da General Motors e da United States Steel Corporation não recorreram a uma resposta condigna similar. A propriedade, naturalmente, permanecia uma fonte de poder (...)". Excerto retirado de KALBRAIGHT, J. K. *Op. cit.* p.81, pelo qual se comprova que as reivindicações ao sistema capitalista devam ser na mesma intensidade e compatíveis com o poder dele para que surtam, daí, efeitos.

Finalmente, a partir dessa constatação, é possível compreender o porquê e como subsiste o uso de mão-de-obra escrava até hoje. Essa, objeto do presente estudo.

As transições entre um sistema econômico e outro, entre diferentes sociedades, como já se argüiu, decorre dos questionamentos levantados pela crítica social. Sua gênese está na conscientização dos elementos sociais a cerca de sua situação face ao paradigma da ordem mundial.

Assim, existe uma zona de sombra, em que se situam aqueles “cidadãos”(?!) não enquadrados nas novas formas empresarias, na nova estratificação social, mas que ao mesmo tempo não recebem a ajuda governamental, a assistência de outrora, que se presta eficiente: o seguro desemprego. Trata-se de cenário dramático? Sim, pois, nesse momento,

“O trabalho (...) é mais do que trabalho e, portanto, o não-trabalho é mais do que o desemprego, o que não é dizer pouco. Também a característica mais perturbadora da situação atual é, sem dúvida, o reaparecimento de um perfil de ‘trabalhadores sem trabalho’ (...)”²⁷

“Trabalhadores sem trabalho” em um mundo de aclamação de dignidade humana só podem existir à medida que não sejam contabilizados. Estão, certamente, para além da estrutura contabilizada pelos meios de produção contemporâneos, de forma desfilhada do sistema, no limite da não existência.

Todavia sempre haverá lugar para eles, pois coincide com o daquelas estruturas que, por seu turno, também se mantiveram fora da evolução produtiva. Estruturas essas onde persiste o uso de antigos modos de produção, vez que não são contabilizadas na atual conjuntura econômica, nem dentro da ordem capitalista mundial.

Aqui não houve o fenômeno da crítica *voice*. Ela não chegou a ser ouvida. E, como não existiu crítica legítima, o modelo antigo permaneceu. Também ele albergou aqueles que não ouviram a nova ordem social de dignidade, de trabalho e de função social da propriedade.

Este é *locus* dos excluídos do sistema sócio-econômico, amparados pela estrutura produtiva mais primitiva, que persistirá pelo tempo em que não for criticada.

²⁷ CASTEL R. *Op.cit.*, p.496.

Disso tudo resta patente a indagação levantada por CASTEL²⁸: qual é o lugar de quem, em relação a essa organização do trabalho, é “livre” mas carente de tudo?

²⁸ CASTEL, R. *Op. cit.*, *passim*.

4. ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

4.1. A problemática da denominação e conceito

“Passados alguns anos da alteração do artigo 149, do Código Penal Brasileiro, pela Lei n. 10.803 de 11 de dezembro de 2003, indicando tanto o trabalho forçado como o trabalho em condições degradantes como hipóteses em que há a redução do homem à condição análoga à de escravo, ainda não há a exata compreensão a respeito da questão.

Exemplifica o fato no recente julgado do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, pela 2ª Turma, no qual, não obstante todos os magistrados reconhecessem a existência de mais que precárias condições de trabalho, nem todos reconheceram o trabalho em condições análogas à de escravo^{29, 30}.

O fato de reconhecer que, ainda hoje, restam formas de “trabalho escravo” no Brasil tem custado muito aos juristas, defensores de uma ética alarmada mundialmente em prol da liberdade, dignidade e defesa dos direitos humanos, características de uma Sociedade Democrática de Direito, da forma como apregoa nossa Constituição Cidadã de 1988.

O tema da “redução do homem a condição análoga à de escravo” em razão de sua extrema delicadeza, visto que a admissão desse mal social envolve diversas estruturas: psíquica, social e moral, depara-se com o primeiro obstáculo na questão da dissonância de conceitos entre os autores.

Assim surgem expressões tais como *trabalho escravo*, *trabalho forçado* e *trabalho degradante* para designar o tema. Observe-se o que diz Maria Cristina CACCIAMALI e Flávio Antonio Gomes AZEVEDO a cerca da questão:

“Contudo, antes mesmo de adentrarmos na tipologia proposta, faz-se mister a distinção entre trabalho escravo, forçado e degradante. Trata-se aparentemente, segundo depoimento do Procurador Regional do Trabalho Luís Antônio Camargo de Mello, de uma diferença técnica. O trabalho escravo não mais existe porque a escravidão foi abolida. O próprio Código Penal define o crime como reduzir alguém à condição análoga a de escravo, dessa maneira, o termo trabalho forçado, muitas vezes, é usado como sinônimo de análogo ao de escravo. Porém, o critério para caracterizar trabalho análogo ao de escravo é a proibição, direta ou indireta, de ir e vir”.³¹

No mesmo sentido Jairo Lins de SÊNTO-SÊ:

²⁹ Processo n. TRT 00611-2004-118-08-00-2.

³⁰ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Trabalho com redução à condição análoga à de escravo: análise a partir do trabalho decente e de seu fundamento, a dignidade da pessoa humana. In: *Trabalho Escravo Contemporâneo – o desafio de superar a negação*. São Paulo: Ltr, 2006, p.125.

³¹ CACCIAMALI, Maria Cristina.; AZEVEDO, Flávio Antonio Gomes. Dilemas da Erradicação do Trabalho Forçado no Brasil. In: *Revista de Direito do Trabalho*, n.115. ano 30, julho/set. São Paulo: Editora RT. 2004. p. 146-147.

“Trabalhos forçados, trabalho escravo, trabalho em condições subhumanas, trabalho ilegal. Todos esses rótulos são utilizados indistintamente”.³²

Prossegue, ainda, o mesmo autor manifestando sua preferência pelo uso da expressão “trabalho forçado” como a que melhor retrata a tipificação da redução à condições análogas a de escravo,

“(...) os trabalhos forçados têm como principal característica a prestação de serviço pelo empregado mediante ameaça por parte do empregador, em especial através da negativa de encerramento do vínculo laboral, quando esta é a vontade do obreiro. Por isso é que diz-se “forçado”, uma vez que o peão fica proibido de exercer o seu direito inalienável de pôr fim à relação laboral quando bem entender”³³.

Com intuito de encerrar a distinção entre essa três expressões, cabe, pois, ressaltar também aquilo que os autores entendem por trabalho em condições degradantes ou trabalho degradante:

“Quanto ao trabalho degradante, a sua caracterização ocorre quando o trabalhador cumpre as tarefas sem condições adequadas. Os alojamentos são inadequados, falta água potável, alimentação é precária, os salários são pagos com atraso, quando são pagos, e não há registro em carteira entre outros”.

Feito isso, sobreleva-se observar que, dentre todos os conceitos, este último, ou seja, o que define trabalho degradante, goza de maior consenso dentre os doutrinadores. Ainda, argumentam não se tratar de prática enquadrada pelo artigo 149 do Código Penal, que tipifica o trabalho em condições análogas ao de escravo, mas sim à qual se aplicam os artigos 203 e 207 do CPB³⁴, de penalidades mais atenuadas.

³² SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. Trabalho forçado e a questão do menor na zona rural do Brasil. In: *Revista de Direito do Trabalho*, n.96, dez.96, São Paulo: RT- trabalho da criança e adolescente, 1996, p. 22.

³³ SENTO-SÉ, J. L. A. Idem, p. 23.

³⁴ Assim dispõem os citados dispositivos:

Art. 203 - Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho:

Pena - detenção de um ano a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência. § 1º Na mesma pena incorre quem:

I - obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida;

II - impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental.

Art. 207 - Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional:

Pena - detenção de um a três anos, e multa.

Tudo isso se explica pelo fato de que insistem os autores em considerar a “ausência de liberdade de locomoção” e a “ameaça física” pressupostos para a caracterização do crime previsto no artigo 149 do Código Penal.

Tanto é assim que os já citados autores Maria Cristina CACCIAMALI e Fernando AZEVEDO ao caracterizarem trabalho análogo ao de escravo definiram como critério “a proibição, direta ou indireta, de ir e vir” somado, ainda, ao fato de que,

“Nesses casos, o trabalhador pode estar sofrendo pelo menos quatro formas de coerção: i) econômica – possui dívida contraída com o transporte para a fazenda, compra de alimentos tenta pagar mas não consegue, pois os preços são exorbitantes, superfaturados; ou também ocorre quando o gato compra os direitos sobre o serviço do trabalhador pagando suas dívidas; ii) moral/psicológica – o patrão ou o responsável pela propriedade ameaça bater na pessoa e até manda matá-la, além disso, há o capataz que, armado, vigia o local da prestação de serviço; iii) física – os responsáveis pela fazenda agridem os trabalhadores e chegam a assassiná-los para impedir fugas ou amedrontar os demais; iv) localização da fazenda – o fator geográfico é bastante importante na restrição do direito de ir e vir; muitas vezes, trata-se de local tão isolado e de difícil acesso, que os trabalhadores não têm a menor condição de deixá-lo.”³⁵

E, realmente, foi assim por muito tempo. Fundamentado tão somente no princípio da liberdade que se consolidou o conceito de trabalho em condições análogas a de escravo. Prova disso é a conceituação trazida pelo art. 2º, item 1, da Convenção nº 29 da OIT – “Sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório”, que reza:

“Para fins desta Convenção, a expressão “trabalho forçado ou obrigatório” compreenderá todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente.”

Todavia, o que aqui se propõe é observar que encarado dessa forma surgem inúmeros óbices ao enfrentamento da verdadeira questão. É preciso fazer face ao tema sem minimizá-lo, e reconhecer que o paradigma de aferição mudou conforme aduz com sabedoria José Cláudio Monteiro de BRITO FILHO ao esclarecer que esse – o paradigma de aferição - “deixou de ser apenas o trabalho livre, passando a ser o trabalho decente”. Por isso, entende o autor numa

§ 1º Incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental.

³⁵ CACCIAMALI, M. C.; AZEVEDO, F. A. G., p. 146-147.

perspectiva mais humana que “tanto o trabalho sem liberdade como em condições degradantes são intoleráveis se impostos a qualquer ser humano”³⁶.

De igual forma Flávia PIOVESAN ao se manifestar sobre o assunto confirma a tese de BRITO FILHO quando afirma que **“sob o prisma da concepção contemporânea de direitos humanos e da indivisibilidade e interdependência destes direitos, conclui que o trabalho escravo constitui flagrante violação aos direitos humanos, sendo, ao mesmo tempo, causa e resultado de grave padrão de violação de direitos. Vale dizer, o trabalho escravo se manifesta quando direitos fundamentais são violados, como o direito a condições justas de um trabalho que seja livremente escolhido e aceito, o direito à educação e o direito à uma vida digna”**³⁷ [grifou-se].

É de se observar, pois, que os autores deixaram de consagrar apenas a violação da liberdade, muito embora não se negue sua vital importância, para adotar uma perspectiva mais ampla, e que de certo modo se pretende mais eficiente, visto que a dignidade é o traço característico distintivo dos seres humanos.

Também há que se considerar que para além do desrespeito aos princípios da liberdade e dignidade, ferem-se os princípios da legalidade, ao passo em que o trabalho forçado ignora qualquer normatização legal, e o da igualdade, àqueles submetidos a essa condição é desferido tratamento diverso de todos os demais trabalhadores.

Esclarecida essa questão é possível compreender o porquê de o Ministério Público do Trabalho adotar o art. 149 do Código Penal, com a nova redação trazida pela Lei nº 10.803/2003, para o caso brasileiro³⁸, visto que este artigo se pretende mais abrangente do que os conceitos até então considerados.

³⁶ BRITO FILHO, J. C. M.. *Op. cit.*, p.138.

³⁷ PIOVESAN, Flávia. Trabalho escravo e degradante como forma de violação aos direitos humanos. In: *Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de negar a negação*. Gabriel Velloso, Marcos Neves Fava, coordenadores. São Paulo: LTr, 2006, p. 164.

³⁸ Destaque-se, todavia, divergente posição manifestada durante a Oficina de Trabalho *Aperfeiçoamento Legislativo para o combate ao Trabalho Escravo* (junho de 2002), realizada por iniciativa da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Organização Internacional do Trabalho, no sentido de ser necessária alteração legislativa com a finalidade de superar perplexidades e/ou leituras equivocadas em torno do artigo 149 do CP que, em razão de sua “abertura”, poderia levar à interpretações contraditórias que viessem a reduzir sua efetividade. Desse modo, a deputada Zulaide Cobra ofereceu ao PL n. 5.693, de autoria do deputado Nelson Pellegrino: “Art. 149. Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, negociar pessoa como objeto para qualquer finalidade ou beneficiar-se dessa negociação: Pena – Reclusão de 5 a 10 anos e multa.

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I - contra criança ou adolescente;

II - por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Nesse sentido, tem-se que esse artigo consagra o trabalho em condições análogas a de escravo como sendo o gênero, do qual derivam duas espécies: o trabalho forçado e o trabalho degradante. Este em que, dentre outros³⁹, se nega o mínimo de direitos ao homem-trabalhador, a sua dignidade, já aquele em que se lhe é negada a sua liberdade.

Em sede de conclusão, pois, afirma-se “é a dignidade da pessoa humana que é violada, principalmente, quando da redução do trabalhador à condição análoga à de escravo. Tanto no trabalho forçado, como no trabalho em condições degradantes, o que se faz é negar ao homem direitos básicos que o distinguem dos demais seres vivos; o que se faz é coisificá-lo; dar-lhe preço, e o menor possível”⁴⁰.

A discrepância de conceitos entre trabalho escravo, trabalho forçado e trabalho degradante não pode ser impeditivo de justiça. Trabalho escravo da forma como existiu entre os séculos XVI e XIX não existe mais, foi abolido pela Lei Áurea conforme restou demonstrado no capítulo I, por isso a importância deste capítulo, a partir do qual não restam dúvidas a cerca da existência de trabalhos em condição análoga a de escravo perfeitamente associada ao nosso paradigma contemporâneo.

“Tal impressão inicial, perfunctória, a respeito deste delicado tema tem causado sérias dificuldades na aplicação eficaz das medidas coercitivas aos infratores, até mesmo por

Parágrafo único. Considera-se em condição análoga à de escravo quem é submetido à vontade de outrem mediante fraude, ameaça, violência ou privação de direitos individuais ou sociais, ou qualquer outro meio que impossibilite a pessoa de se libertar da situação em que se encontra.”

³⁹ Isso porque consoante José Cláudio Monteiro de BRITO FILHO. *Op. cit.*, p. 132, “Passando para o trabalho em condições degradantes, não é tão simples conceituá-lo, pois, ao contrário do trabalho forçado, em que o cerceamento à liberdade de ir e vir é suficiente para sua identificação, mesmo que isso possa ser vislumbrado de diversas formas, na espécie agora em comento são inúmeros os elementos que indicam sua existência”.

⁴⁰ Cf. nota de rodapé n. 13, em BRITO FILHO, J. C. M., *Idem*, p.133.

parte dos Agentes Públicos encarregados do combate a esta aviltante forma de exploração do ser humano.

Ocorre que, ao associarmos a expressão trabalho escravo àquela figura oitocentista, incorremos no grave risco de tornarmo-nos pouco sensíveis às formas modernas de escravidão. Estas últimas travestidas das mais diversas formas de “liberdade”.⁴¹ [grifou-se].

Até porque nem todos os autores deixarão claro o objetivo do uso da expressão “trabalho escravo”, como o fez Cícero Rufino PEREIRA⁴²:

“Num primeiro momento, esclareço que, apesar dos valiosos ensinamentos dos defensores da tese de que o tema em tela deva ser cognomá-lo de “trabalho forçado”, prefiro nominá-lo de “trabalho escravo”, ante o maior grau de indignação que essa expressão traduz (...)”.

Uma vez delimitado o conceito é mister o reconhecimento da existência desse gênero de mão-de-obra.

⁴¹ MELO, Luis Antonio Camargo de. Premissas para um eficaz combate ao trabalho escravo. In: *Revista do Ministério Público do Trabalho*. Ano 1, n. 1, mar./1991, São Paulo: LTr, 2003, p.11.

⁴² PEREIRA, Cícero Rufino. O termo de ajuste de conduta firmado pelo Ministério Público no combate ao trabalho escravo e a defesa endoprocessual da exceção de pré-executividade. In: *Revista do Ministério Público do Trabalho*. Ano 1, n. 1, mar./1991. São Paulo: LTr, 2003, p. 111.

4.2. A escravidão por dívidas

A OIT estima que, hoje, pelo menos 12,3 milhões de pessoas são vítimas de trabalho forçado no mundo. Dentre elas, 9,8 milhões são exploradas por agentes privados e, dessas, mais de 2,4 milhões em razão do tráfico de pessoas. Outras 2,5 milhões são obrigadas a trabalhar por algum Estado ou grupos militares rebeldes.

*“O Brasil começou a ouvir falar das novas formas contemporâneas de escravidão na década de 70, quando Dom Pedro Casaldáliga, grande defensor dos direitos humanos na Amazônia, fez as primeiras denúncias sobre a existência de formas desumanas de exploração de milhares de brasileiros na esquecida região Norte. Relatos chocantes de maus tratos a trabalhadores, espancamentos, mortes e as mais perversas atrocidades cometidas àquelas pessoas que eram aliciadas e seduzidas para desbravar a qualquer custo a região, eram descritas desde então. Durante anos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) denunciou fazendas ligadas a empresas nacionais e multinacionais que cometiam o crime no Sul do Pará. Entretanto, o grito constante e indignado parecia ecoar no silêncio das autoridades.”*⁴³

Contudo, apenas na década de 90 o Governo Brasileiro viria a assumir perante o próprio país, a comunidade internacional e a OIT, a existência de trabalho escravo em seu território.

Em que pesem as disparidades regionais, seja em termos de atividade econômica e desenvolvimento, seja em termos culturais ou físico-geográficos, é possível constatar a presença de “trabalho forçado” em todas elas.

Assim, na Região Sul, a principal forma de exploração dessa mão-de-obra dá-se nas atividades de florestamento e reflorestamento. Na Região Sudeste, forte pólo industrial, explora-se imigrantes bolivianos ilegais nas indústrias têxteis. Em razão de seu potencial turístico, a Região Nordeste convive com a escravidão sexual. Por sua vez, na Região Centro-Oeste, onde a pecuária e a soja detêm um papel fundamental do PIB regional, não é raro deparar-se com trabalhadores escravizados em fazendas agropecuárias. Por fim, na Região Norte, constata-se a ocorrência da escravidão por dívidas, a qual se passa a analisar mais detidamente.

⁴³ AUDI, Patrícia. A escravidão não abolida. In: *Trabalho Escravo Contemporâneo: O desafio de superar a negação*. São Paulo: LTr, 2006, p. 75.

O ícone da exploração nessa região é o estado do Pará⁴⁴, ao passo em que acolhe trabalhadores provenientes de outros estados da própria Região, ou mesmo da Região Centro-Oeste⁴⁵.

A ocupação do Pará teve início a partir da Calha do Rio Amazonas em decorrência de um processo de expansão da fronteira agrícola iniciada por ocasião do governo Getúlio Vargas. Referida política de ocupação cujo *slogan* era “Marcha para o Oeste” foi organizada pela Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) e a Fundação Brasil Central (FBC). Mais tarde, durante os governos militares, a SPVEA passou a ser a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), quando então se deu início a uma política de integração regional.

O objetivo colonizador, pois, fez da Amazônia um constante alvo de aplicação de recursos governamentais. Todavia, entre as décadas de 70 e 90, o processo de ocupação se dera de modo irregular, pois áreas prioritárias foram definidas, sendo o Sul e Sudeste do Pará as principais.

*“O Sudeste do estado do Pará é uma região exemplar no tocante a concentração de investimentos e projetos técnicos econômicos e de infra-estruturas, como por exemplo, o projeto de extração e exploração de ferro em Carajás, projetos agropecuários, a usina hidrelétrica de Tucuruí, além de vários outros projetos integrados de colonização. Além disso, referida região se constituiu em um dos espaços mais atraentes para os migrantes, daí a ocorrência do direcionamento para a mesma **de grande parte dos fluxos migratórios ocorridos no Pará, sempre motivados na busca por oportunidades de trabalho e acesso a terra**”⁴⁶. [grifou-se]*

Assim, o estado representa uma oportunidade de melhora e ascensão na vida, motivo que levou e, ainda leva, muitos trabalhadores a aceitarem a desconhecida empreita⁴⁷.

⁴⁴ Ainda, “Os dados mais recentes, segundo a comissão Pastoral da Terra, indicam que podem existir, no Brasil, 25 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais vivendo em regime análogo ao Trabalho Escravo, em diversos estados do país, com ênfase aos Estados da região Norte”. (em *Programa do MDA/INCRA para Erradicação do Trabalho Escravo*. Abril/2005, p. 7)

⁴⁵ Muito embora se tenha notícia de aliciamentos ocorridos nos estados sulistas, Paraná e Rio Grande do Sul, especialmente na década de 70.

⁴⁶ CHAVES, Valena Jacob. A utilização de mão-de-obra escrava na colonização e ocupação da Amazônia. Os reflexos da ocupação das distintas regiões da Amazônia nas relações de trabalho que se formam nestas localidades. In: *Trabalho Escravo Contemporâneo: O desafio de superar a negação*. São Paulo: LTr, 2006, p. 89-97.

⁴⁷ Ricardo Rezende FIGUEIRA aponta, ainda, motivos tais como “esperança de superar uma situação de penúria e fome, busca (de) uma forma de “enricar”, foge de um problema criminal ou afetivo, manifesta virilidade ou o companheirismo, deseja ser o provedor doméstico, vive uma aventura em terras estranhas”. (em *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004, p. 113).

Conscientes dessa expectativa, os empreiteiros, “gatos”, “zangões” ou “turmeiros”, iniciam o aliciamento da mão-de-obra que, em geral, ocorre em pensões, “verdadeiras vitrines de mão-de-obra”⁴⁸, localizadas em cidades distantes da cidade natal do empregado.

Enquanto permanecem nessas pensões nos períodos de entre safra, os trabalhadores acumulam dívidas. Por desempregados que estão, não as podem quitar. Isso será feito pelo “gato” como parte de sua estratégia de aliciamento, dentre outras como o saldo de dívidas em “botecos”, livramento da prisão quando presos por brigas⁴⁹, etc.

Cumulado “ao favor” que prestou ao peão, são-lhe também oferecidas propostas tentadoras de trabalho, sempre distantes de sua cidade natal⁵⁰, salários atraentes e promessas de melhores condições de vida.

Uma vez escolhido o peão, o “gato” adianta uma pequena quantia em dinheiro para que satisfaça suas necessidades básicas e as de sua família. Essas serão as primeiras dívidas que o vincularão ao empregador, o início do débito que o reduzirá à escravidão.

Não há qualquer exigência quanto a documentos, nem mesmo a Carteira de Trabalho. Porém, quando apresentados serão retidos pelo “gato”, ou mesmo pelo fazendeiro, com o fim de criar um vínculo de dependência entre eles.

Segue-se o transporte dos empregados à fazenda. O itinerário dessa viagem demanda perspicácia do “gato” em escolher e determinar todos os seus detalhes. Deverá ser meticoloso, pois, “gato” que não goza de bons contatos dentre a polícia militar ou órgãos de fiscalização rodoviária/ferroviária poderá ter problemas em determinados trechos.

“Dependendo da estrada que se decidiu tomar é escolhido um tipo de transporte, a quantia para combustível, e são previstos os gastos com a alimentação.

O itinerário da viagem, cuidadosamente planejado pelo aliciador, muda conforme as condições das estradas e as ações da Polícia Rodoviária, do Ministério do Trabalho e do Ministério Público, ou as denúncias empreendidas pelos STR e pela CPT.

(...)

Ir aos poucos, usar nos trechos mais fiscalizados ônibus e não caminhão eram medidas que dificultavam a eficiência da vigilância policial”⁵¹.

⁴⁸ Expressão utilizada em AUDI, P. *Op. cit.*, p. 79.

⁴⁹ “(...)Domingos Vaca do Brejo havia sido preso pela polícia também militar e foi ‘resgatado’ pelo gato” (FIGUEIRA, R. R. *Op. cit.*, p.135).

⁵⁰ Isso porque o escravizado sempre será um “estrangeiro”, um “outsider”. Na Antigüidade, os povos conquistados, durante nosso período colonial, os negros africanos.

⁵¹ FIGUEIRA, R. R. *Op.cit.*, p. 119-120.

A viagem, em geral, é longa e realizada à noite para dificultar a fuga dos peões, ou evitar que reconheçam o caminho. Pelo mesmo motivo, é comum o “gato” oferecer bebidas.

“(...) A Polícia, acionada, desarmou os peões, apreendendo facas e revólveres. O gato, contudo, impediu que se apreendesse a cachaça, explicando à autoridade que, sem ela, ele não conseguia levar os homens”⁵².

Tão logo atinjam a fazenda, os peões dão-se conta da ilusão em que foram envolvidos. Jornada de trabalho insuportável, maus-tratos, parca comida, péssimas condições de saúde e moradia, são as principais características desse tipo de trabalho.

“Quando atravessou o rio, o homem virou uma fera com todo mundo. Ele deu uma de gato mesmo. Aí que a gente foi ver que a história não era mais a que ele falou. O modo de tratamento dele mudou. Estúpido, malcriado. Não era mais aquela pessoa que a gente conhecia em Cana Brava. Mudou totalmente. Aí, quando chegou em Barreiras de Campos, pior ainda”⁵³.

Além disso, tem-se ainda a “dívida”, pois o pagamento é quase todo feito *in natura*, isto é, o peão é obrigado a comprar seus instrumentos de trabalho (foices, enxadas, botas, facões,...) e moradia (redes, panelas,...) no barracão do empregador, ou do gato, a preços muito acima dos de mercado.

Assim, a dívida para com o dono do barracão sói a crescer de modo que o saldo obtido pelo peão ao final de meses de trabalho forçado, não chega perto do suficiente para quitar a suposta dívida.

“uma cena perigosa de um companheiro (...) com idade de mais ou menos dez anos que andava mais eu. Em uma sexta-feira ele tomou uma botina emprestada para ir ao trabalho pois não queria comprar uma por preço de vinte reais, tinha receio de ficar devendo então poder mais ir embora, depois disseram que ele tinha roubado a botina, então o gato Fogoió levou ele para o mesmo barracão abandonado que ficamos quando chegamos na fazenda Flor da Mata, e bateram nele de facão, depois pegaram uma arma calibre 38, apontaram para ele e mandaram ele correr sem olhar para trás, e ele correu, entrou na mata e eu não vi mais”⁵⁴.

⁵² FIGUEIRA, R. R. *Op. cit.*, p.194.

⁵³ FIGUEIRA, R. R. *Idem*, p.175.

⁵⁴ FIGUEIRA, R. R. *Idem*, p.174.

Essa estratégia compõe o “sistema de barracão ou *truck-system*”, que faz com que em pouco tempo o trabalhador esteja envolvido em uma dívida que não pode pagar, criando um vínculo de obrigação moral em que ele se acredita devedor.

Em razão do baixo nível de escolaridade desses empregados a dívida se lhes parece correta, pois perdem o controle de seus débitos. E assim, obrigado pelo empregador e pelo gato o empregado deve realizar, e bem, a empreita, ainda que contra sua vontade.

Muitas vezes ao final do trabalho, sob a justificativa de que ainda não quitara seu débito, o empregador poderá “vendê-lo” à outra fazenda.

Assim como há aqueles que se sentem obrigados ao trabalho por se acreditarem devedores, muitos outros se sentem motivados a fugir ao perceberem que estão sendo ludibriados pelo gato.

Nessas situações, obrigados a manter a relação de trabalho indesejado, ou pior, quando capturados após uma tentativa de fuga, advém forte coação física e moral, da qual muitas vezes resulta a morte.

“Mesmo pressionados por ameaças crescentes, empreenderam fugas. Alguns sem sucesso, pois foram capturados e espancados diante do grupo antes de serem mortos. Apesar disso, houve novas tentativas. Finalmente, tentando reinstalar novamente o feitiço do medo, através de uma ação que ofenderia mais profundamente a vítima e apavoraria todo o grupo, o fugitivo capturado foi levado até o local do trabalho e, diante de uns sessenta peões, um dos pistoleiros submeteu, com uma arma apontada contra a cabeça, ao sexo oral”⁵⁵.

Tudo isso serve a demonstrar que as relações que permeiam a escravidão contemporânea em muito se assemelham às da época colonial, ao passo em que o senhor do engenho é hoje o *fazendeiro*, o feitor é o *gato*, e o escravo negro africano é hoje o *pobre*.

Com a devida semelhança também se pode argüir da convivência social, do governo e dos órgãos de fiscalização. Pois conforme se demonstrou, ainda quando tomam a decisão da fuga, os peões encontram inúmeros problemas, que vão desde a não saber a quem recorrer até eterna insegurança causada pela constante ameaça provinda dos gatos.

*“Alguns trabalhadores, ao escaparem, procuraram autoridades policiais. Em alguns casos **as autoridades se mostraram omissas**; em outros, prenderam os*

⁵⁵FIGUEIRA, R. R. *Op.cit.*, p. 157.

próprios denunciantes e os devolveram ao empreiteiro ou ao gerente da fazenda (...)”⁵⁶[grifou-se].

Há que se ressaltar, ainda, que nesse mundo “à parte” não se fazem sentir as normas trabalhistas ou penais⁵⁷, pois é constante o desrespeito aos princípios da pessoalidade, intangibilidade e irredutibilidade do salário (respectivamente, artigos 464 e 462, *caput*, da CLT, e art. 7º, inciso VI, da Constituição Federal). Além, é evidente, da vedação à prática do *truck-system* (§§ 2º e 3º do art. 462 da CLT) e da obrigatoriedade do pagamento da prestação em espécie do salário em moeda corrente do país (art. 463 da CLT).

No que tange ao Código Penal, as condutas descritas tipificam os crimes de “redução de alguém à condição análoga à de escravo” (art. 149); “frustração de direitos trabalhistas mediante fraude ou violência” (art. 203); “exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo direto e iminente decorrente do transporte em condições ilegais” (art. 132, parágrafo único); e, “aliciamento de trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional” (art. 207).

⁵⁶ FIGUEIRA, R. R. *Op.cit.*, p. 162.

⁵⁷ Na hora de acertar as contas, os “gatos” [contratadores de mão-de-obra a serviço do fazendeiro] informaram que Manuel e outros tinham “comido” todo o pagamento e, se quisessem dinheiro, teriam que ficar e trabalhar mais. **“Eles diziam que a lei não entram fazenda”**. Manuel fugiu e resolveu ir atrás dos seus direitos. [grifou-se]. (In: Relatório “*Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI*”. Coordenação de Leonardo SAKAMOTO e Projeto Nacional de Combate ao Trabalho Forçado. Publicação da OIT, em 20/09/2006. Brasília. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/news/nov/ler_nov.php?id=2321>. Acesso em 06/07/2007).

5. MECANISMOS DE REPRESSÃO AO TRABALHO ESCRAVO

“O enfrentamento do trabalho escravo exige ações coordenadas e integradas de todos os segmentos envolvidos no problema. Ninguém pode arvorar-se em “D. Quixote” no caso, a menos que seja leviano ou queira somente promover-se na mídia. Cada um tem determinado papel a cumprir. É preciso quem denuncie (sindicatos, ONG’s, Igrejas etc.). Quem fiscalize as condições de trabalho (Ministério do Trabalho) e o tráfego ou transporte de trabalhadores (Polícia Rodoviária). É necessário quem dê garantias aos agentes de fiscalização trabalhista, às diligências levadas a efeito pelo próprio representante do Ministério Público e exerça a polícia judiciária (Polícia Federal). Quem mova as ações judiciais de responsabilização dos infratores (ministério Público). E quem julgue tais infratores (Poder Judiciário). Sem informação ou denúncia o Ministério do Trabalho não agirá. Sem as Polícias não será possível realizar as fiscalizações com segurança física e moral dos auditores. Sem os elementos colhidos pela fiscalização e pelos policias, o Ministério Público não terá condições de instruir seus inquéritos civis e suas ações judiciais, que, se não forem movidas, obviamente, não serão julgadas, e a impunidade reinará. Deve ser integrados nessa corrente seja para auxiliarmos demais, seja para agirem residualmente no que sobejar das incumbências daquele.”⁵⁸

Com esse intuito, em 31 de julho de 2003 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu, via decreto legislativo, a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE, vinculado à secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Em razão da gravidade de seu objeto e dificuldade da realização de suas metas-objetivos, a CONATRAE possui uma ampla e heterogênea composição. Assim, integram essa Comissão as seguintes entidades governamentais: *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Defesa, do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente, da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, da Justiça, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.*

Também, figuram dentre seus componentes integrantes de entidades privadas não-governamentais reconhecidas nacionalmente, que possuem atividades relevantes relacionadas ao combate do trabalho escravo, tais como *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura –CONTAG, Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE, Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT, Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Repórter Brasil - Organização de Comunicação e Projetos Sociais, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA,*

⁵⁸SOARES, Evanna. Meios Coadjuvantes de Combate ao Trabalho Escravo pelo Ministério Público do Trabalho. In: *Revista do Ministério Público do Trabalho*. Ano 1, n. 1, mar./1991, São Paulo: LTr, 2003, p. 39.

*Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA e Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR.*⁵⁹

Portanto, para a consecução de seu principal objetivo, qual seja, “monitorar a implementação do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo”, a Comissão entende fundamental o envolvimento de autoridades e organizações locais. Como resultado tem-se a elaboração de Planos Estaduais⁶⁰ que por sua maior especialização acabam sendo mais efetivos⁶¹.

Pautado na questão de especificidade, importa ressaltar a atuação das “Varas Itinerantes”⁶² e do “Grupo Móvel de Fiscalização”⁶³ no combate ao trabalho escravo por dívidas, foco desse estudo. Para tanto, toma-se novamente o exemplo Paraense, tendo em vista o já discutido modelo de ocupação do estado e as características geográficas da região.

Os Grupos Móveis têm como principais características: a centralização de comando, o sigilo na apuração de denúncias, a padronização de procedimentos e a atuação em parceria com outros órgãos e entidades.

*“De 1995 a 2005, 17.983 pessoas foram libertadas em ações dos grupos móveis de fiscalização (...). No total foram 1.436 propriedades fiscalizadas em 395 operações.”*⁶⁴
(...)

*“O Pará é o Estado com maior número de libertações – quase 6 mil pessoas entre 1995 e dezembro de 2005, ou 37,5% do total de libertados no período no país. No estado, o problema está concentrado na região Sul-Sudeste.”*⁶⁵

⁵⁹ Fonte: Ministério Público do Trabalho. *Trabalho escravo. Notícias*. Disponível em <http://spider.pgt.mpt.gov.br:8080/pgtgc/publicacao/engine.wsp?tmp.área=267&tmp.texto=842>. Acesso em: 17.08.2007.

⁶⁰ Cite-se como exemplos nesse sentido os estados do Maranhão, Pará e Piauí. Ainda, o governador do estado do Mato Grosso, Blairo Maggi, afirmou seu compromisso com a causa e determinou a elaboração de um Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo também nesse estado. [Fonte: Secretaria Especial de Direitos Humanos. Informações extraídas de Notícias: “Conatrae se reúne em Tocantins”. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/spddh/noticias2.asp?id=1393>. Acesso em 17.08.2007].

⁶¹ Remeta-se aqui a observação feita no sub-capítulo 3.2, em que se ressaltou as principais formas de trabalho escravo em cada região brasileira.

⁶² A Emenda Constitucional n.45/04 ao dar nova redação ao art. 115 da CF/88 instituiu, em seu parágrafo 1º, a possibilidade de instalação pelos Tribunais Regionais do Trabalho da justiça itinerante, com a realização de audiências e demais de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

⁶³ Os Grupos Móveis de Fiscalização são órgãos do Poder Executivo, criados em 1995 pelo Governo Federal a fim de averiguar as condições a que estão expostos trabalhadores, principalmente nos locais em que o acesso é bastante difícil.

⁶⁴ Relatório “*Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI*”. Coordenação de Leonardo SAKAMOTO e Projeto Nacional de Combate ao Trabalho Forçado. Publicação da OIT, em 20/09/2006. Brasília. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/news/nov/ler_nov.php?id=2321>. Acesso em 21/08/2007, p. 25.

⁶⁵ SAKAMOTO, L. *Op.cit.*, p.42.

Esses órgãos, compostos por Auditores-fiscais do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Polícia Federal, apuram, em sigilo, denúncias, realizam vistorias de surpresa, aplica multas e libertam pessoas submetidas “às condições análogas à de escravo”.

*“Diante das dificuldades operacionais, o fator surpresa da operação tem sido determinante para o êxito da fiscalização. Daí a ocorrência de membros da equipe se deslocarem de outras regiões do país, sendo que alguns deles (auditores fiscais, médicos do trabalho, motoristas, agentes e delegados da Polícia Federal) saem de mais de um Estado para o ponto de partida de ação”*⁶⁶.

As denúncias, em geral feitas pelos próprios ‘escravos’ fugidos ou liberados após o término do serviço, são encaminhadas, em maioria, ao MTE e às DRT’s por alguma entidade não-governamental, como a Comissão Pastoral da Terra por exemplo, visto a insegurança que os trabalhadores sentem frente às autoridades locais, em razão da possibilidade de sua ligação aos fazendeiros.

Realizada uma triagem pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, o Grupo Móvel será acionado para averiguação da denúncia. Em geral, acompanha o grupo o trabalhador “informante”, o qual, muitas vezes, em razão da necessidade do resguardo de sua identidade física submete-se ao uso de capuz.

Como a rede de informações entre os fazendeiros é extensa, visto a quantidade de aliados, quando há suspeita da fiscalização, os gatos, ou os responsáveis pela fazenda, escondem os peões. Por esse motivo, com frequência a atuação do grupo móvel pode envolver mais de uma visita.

*“Após percorrermos 28Km de estrada chão enlameado devido às fortes chuvas, chegamos ao local onde os trabalhadores estariam alojados, porém os mesmos já haviam saído da fazenda (...) No dia seguinte, (...) A equipe se dirigiu ao local e realmente encontrou 27 (vinte e sete) trabalhadores distribuídos em 02 (dois) alojamentos, que estavam laborando nas atividades de roço de juquirá, plantio de semente e confecção de cerca contratados por intermédio dos “gatos” Nascimento e Antonio Mota, sem qualquer equipamento de segurança, em local sujeito a todo tipo de intempéries e com real possibilidade de contacto com animais peçonhentos”*⁶⁷.

⁶⁶ MIRANDA, Anelise Haase de; SANTIAGO, Ricardo André Maranhão. Das ações pró-ativas do Poder Judiciário e a atuação da Vara Itinerante no combate ao trabalho escravo. In: *Trabalho Escravo Contemporâneo: O desafio de superar a negação*. São Paulo: LTr, 2006, p. 258.

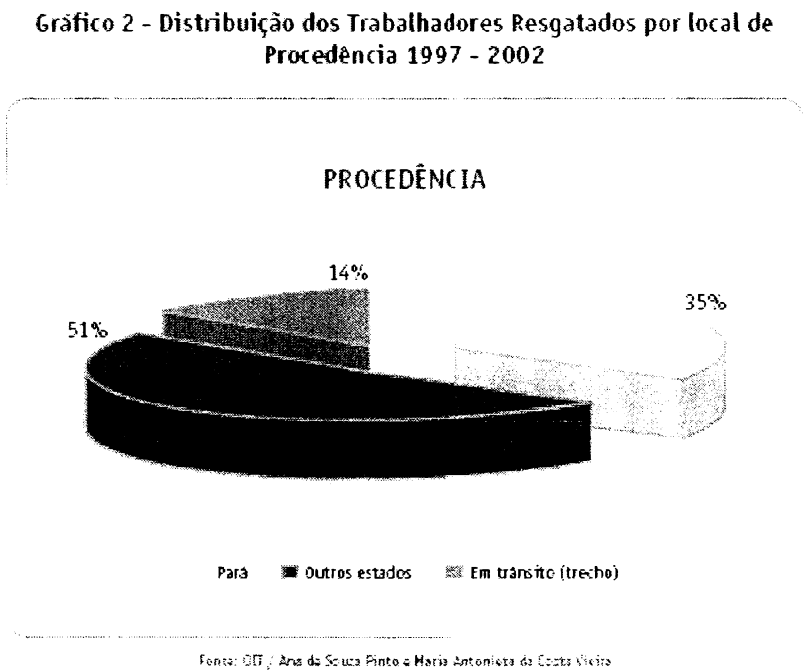
⁶⁷ Nem sempre a primeira inspeção é frutífera, conforme consta do item 05: Dos Fatos do Relatório de Fiscalização realizado na Fazenda Lagoinha, na zona rural de Bom Jesus das Selvas/ MA, do proprietário Antonio Fernandes Camilo filho, no período de 13 a 23.03.2006.

Quando caracterizadas condições análogas às de escravidão⁶⁸ são lavrados autos de infração e dá-se início ao processo de libertação.

A primeira atitude a ser tomada é a regularização dos vínculos empregatícios através da formalização dos contratos de trabalho, no qual é anotado o efetivo período laborado e os valores tratados no suposto ato da contratação.

Segue-se a rescisão indireta desses contratos acompanhados do cálculo de todas as verbas trabalhistas devidas. Devolvem-se quaisquer documentos que tenham sido retidos pelo empregador.

Resta, também, a cargo do proprietário rural o custeio do transporte dos libertos às suas cidades de origem, visto a maior parte deles ser ‘estrangeiro’ ou ‘outsider’⁶⁹, conforme se pode perceber na análise do gráfico abaixo, reproduzido no Relatório “*Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI*”, publicado pela OIT em 2006, permite uma boa percepção da presença desses estrangeiros⁷⁰:



⁶⁸ Vide capítulo anterior: “*Problemática da denominação e conceito*”.

⁶⁹ “Do total de trabalhadores resgatados, a maioria absoluta (91,5%) era migrante. Naturais do estado do Pará somavam apenas (8,5%) e, eram na maioria dos casos, jovens nascidos na região (em municípios como Redenção, Conceição do Araguaia e Marabá) oriundos de famílias que migraram para o Pará nas décadas de 1970 e 1980” [BRITO FILHO, J. C. M.. *Op. cit.*, p.44]

⁷⁰ SAKAMOTO, L. *Op.cit.*, p. 25.

Em seguida, o responsável pela propriedade autuada será processado perante a Justiça Federal⁷¹. Há, ainda, a possibilidade de se bloquearem os ativos financeiros, por intermédio do SISBACEN, dos réus, bem como a prisão de todos os envolvidos.

*"A polícia Federal apurou o crime seis meses depois, com a prisão e indiciamento de acusados, que incluíam os irmãos Norberto e Antério Mânica, família que é uma das maiores produtoras de feijão do mundo. O valor das multas aplicadas pelo falecido fiscal Nelson José da Silva a Norberto Mânica acumulava cerca de R\$ 2 milhões. Ele é o fazendeiro cujas multas alcançam uma das mais altas cifras na região. Na data da finalização deste relatório, todos os acusados permanecem presos aguardando julgamento, com exceção de Norberto e seu irmão Antério, que ganhou a liberdade após ser eleito, em outubro de 2004, prefeito em Unaí, com 72,37% dos votos válidos"*⁷².

A ação coordenada entre esses grupos móveis e as varas itinerantes tem início quando o Grupo Móvel não é capaz de solucionar o conflito no local da denúncia, "em regra, quando o empregador se recusa ao pagamento de parcelas trabalhistas contratuais e rescisórias ao trabalhador escravizado, desde a mais elementar como o salário"⁷³.

Nesse caso, e até mesmo em razão do princípio da inércia da jurisdição, a Vara itinerante será convocada pelo *parquet*. Essas são compostas por um Juiz do Trabalho Substituto, dois servidores - um Diretor de Secretaria *ad hoc* e um executante de mandados *ad hoc*, e dois Agentes da Polícia Federal.

A importância de sua atuação não se resume à imediatidade e celeridade de solução, mas vai além à medida que possibilita a constatação da realidade a que se submete o trabalhador: coação física e moral, isolamento geográfico, péssimas condições de moradia e higiene, etc, essencial para o convencimento do Juízo.

⁷¹ Por muito tempo apontou-se como a maior causa de impunidade nos julgamentos do crime de redução do trabalhador à condição análoga à de escravo a ausência de definição da competência para seu julgamento. Seria da Justiça Federal com base no art. 109, VI? Justiça Estadual com base na afronta à liberdade individual? Ou, da Justiça do Trabalho baseada na ampliação de sua competência trazida pela EC 45/04? Todavia, desde a publicação da ATA 35/2007 no DJ da Medida Cautelar concedida pelo STF no julgamento da ADI 3684, em 03.08.2007, entende-se definida essa competência, cabendo, pois, à Justiça Federal. Leia-se: EMENTA: **COMPETÊNCIA CRIMINAL. Justiça do Trabalho. Ações penais. Processo e julgamento. Jurisdição penal genérica. Inexistência. Interpretação conforme dada ao art. 114, incs. I, IV e IX, da CF, acrescidos pela EC nº 45/2004. Ação direta de inconstitucionalidade. Liminar deferida com efeito ex tunc.** O disposto no art. 114, incs. I, IV e IX, da Constituição da República, acrescidos pela Emenda Constitucional nº 45, não atribui à Justiça do Trabalho competência para processar e julgar ações penais. Disponível em: http://www.stf.gov.br/processos/processo.asp?PROCESSO=3684&CLASSE=ADI&ORIGEM=AP&RECURSO=0&TIP_JULGAMENTO=M. Acesso em: 19.08.2007.

⁷² SAKAMOTO, L. *Op.cit.*, p. 57.

⁷³ MIRANDA, A.; SANTIAGO, R. A. M. *Op. cit.*, p. 254.

Durante toda a ação, serão produzidos relatórios diários, e ao final um último relatório abrangendo toda a operação, além da documentação de todos os atos processuais praticados. Isso tudo importa principalmente no caso de o MPT ajuizar ação coletiva perante a Vara Itinerante, pois que valem como meios de prova todos os documentos juntados, inclusive o auto de inspeção judicial, autos de infração, etc., por expressa permissão contida no art. 364 do CPC.

A celeridade nessa atuação é essencial em função do caráter alimentar dos créditos e da afronta aos princípios fundamentais da personalidade e dignidade humana. Somente a atuação *in loco* é capaz de permitir isso.

Após apreciação da Vara Itinerante, tomadas todas as medidas cautelares ou liminares de urgência, os processos são encaminhados ao Juízo da Vara do Trabalho da localidade em que a ação foi deflagrada.

Nessa vara serão arquivados os processos que já tiverem sido solucionados pela vara itinerante. Ou, então, dar-se-á prosseguimento aos acordos porventura já iniciados e, ainda, pendentes de cumprimento. Ou, ainda, nos casos em que nenhuma conciliação tenha se processado, caso em que mais detalhadas e, por conseqüência, mais prolongadas diligências serão necessárias.

Ao lado de toda a função repressiva argüida dessas varas, tem-se também uma função de cunho preventivo e educativo. A primeira está presente no momento em que gera o sentimento de que a justiça não “tarda e nem falha”, ao contrário, quando de suas ações repercutem efeitos, tanto trabalhadores ganham confiança para enfrentar e denunciar esse crime, quanto os proprietários cientes da possibilidade de real punição abstêm-se do cometimento do ilícito.

Por sua vez, o caráter educativo evidencia-se no momento da conscientização e esclarecimento aos empregados de seus direitos, visto que muitos permanecem envolvidos no ciclo da escravidão por se acreditarem devedores.

Muito embora as investidas dos grupos móveis de fiscalização e a atuação das varas itinerantes tenha, de fato, demonstrado ser um mecanismo útil e eficaz, visto o bom desempenho obtido e demonstrado em números, não se pode descuidar da realidade, pois:

“Apesar de 17.983 trabalhadores terem sido libertados em 1.463 fazendas fiscalizadas, houve muito poucos casos de condenação pelo artigo 149 do Código Penal, que prevê de dois a oito anos de prisão. Esse é o caso publicamente conhecido de Antônio Barbosa de Melo, proprietário das fazendas Araguari e Alvorada, em Água Azul do

*Norte, Sul do Pará, cuja condenação foi revertida em doação de cestas básicas. Vale salientar que este fazendeiro foi reincidente no crime de trabalho escravo.”*⁷⁴

Ainda,

*“Eles não respeitam a lei ou as autoridades constituídas. Tanto que, enquanto tramitava uma ação na Justiça do Trabalho [por causa de trabalho escravo encontrado em um das fazendas], uma outra fiscalização do grupo móvel do MTE encontrou novamente escravos na Lima Araújo’, afirma o Procurador”*⁷⁵.

⁷⁴ SAKAMOTO, L. *Op.cit.*, p. 105.

⁷⁵ SAKAMOTO, L. *Idem*, p. 60.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema “escravidão contemporânea” é dos mais atuais na realidade nacional. Isso se deve ao fato de, em 1995, o governo brasileiro ter sido o primeiro a declarar, perante a ordem internacional, a existência de trabalhadores escravizados em seu território e a assumir o compromisso em prol de sua erradicação.

Os números apresentados pela Organização Internacional do Trabalho são assustadores: 27 milhões de trabalhadores encontram-se submetidos ao regime análogo ao da escravidão, dentre os quais 25 mil, apenas no Brasil.

O emprego do vocábulo “análogo” (ao de escravo) para designar a escravidão contemporânea não se deve ao acaso. Pretende sim, diferenciar a escravidão negra do período colonial da escravidão atual, uma vez que aquela como bem se sabe foi abolida em 1888, por intermédio da Lei Áurea.

Por sua vez, os relatos individuais de “ex-escravos” da atualidade soam inacreditáveis diante de um Estado que se pretende “Democrático de Direito”, o mesmo Estado que alberga dentre seus fundamentos a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III da CF), e dentre seus objetivos a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I da CF).

Nessa esteira, conclui-se que o fenômeno não é apenas atual ou tampouco representa uma anomalia capitalista. Conforme se demonstrou, há um *vinculum substantiae* que une o passado ao presente e faz permear um *continuum* de posições sociais.

A cada momento histórico, em que predomina uma determinada estrutura produtiva, há um “espírito” responsável por manter a coesão social e justificar o sistema vigente. Assim, quando uma estrutura sócio-produtiva já não é mais capaz de sustentar-se frente aos ataques críticos da sociedade (re)estrutura-se uma outra, “nova”, em seu lugar.

A cada “troca” ou “alteração” de estruturas produtivas as posições sociais se repetem e, como tal, faz permear uma camada de rebaixados no sistema, que questionam, por via da crítica, a sua falta de oportunidade de ascensão.

São esses ciclos críticos, gerados pela insatisfação dos supranumerários, os responsáveis pelas transformações nas estruturas produtivas.

A partir de então constata-se que uma crítica legítima é capaz de impulsionar o surgimento de um “novo” sistema produtivo, com novas e próprias

características, no qual bem sucedido será aquele capaz de se adaptar na mesma velocidade que a demanda exige.

Paralelamente, haverá sempre os não incorporados pela nova estrutura produtiva, que subsistem em uma zona de negação, mesmo para além daqueles ditos rebaixados do sistema.

Essa franja não contabilizada e não atingida pela crítica que provoca as constantes evoluções estruturais, também não incorpora os novos paradigmas sociais vigentes, persistindo apenas e justamente porque situados em uma zona nebulosa, onde não vigoram regras legítimas.

Daí a explicação de o porquê de existirem trabalhadores submetidos a condições análogas às de escravo, nos termos do art. 149 do CP, não obstante a ordem mundial contemporânea prime pela valorização e dignidade da pessoa humana.

Assim, lançando-se mão do modelo ilustrativo adotado nesse trabalho - o paraense - é possível encontrar em uma mesma fazenda maquinário de ponta ao lado de trabalhadores escravizados.

Essa disparidade é patente pelo fato de diferentes estruturas produtivas, criticadas e não criticadas, conviverem em um mesmo espaço, ainda que dentro de uma pequena comunidade, no caso uma fazenda.

É a miséria e a necessidade que força os atuais “supranumerários do sistema” a abdicar de sua própria dignidade.

Enquanto não atingidos pela crítica e continuarem situados na franja da exclusão acabam não contabilizados, pois que “não existem” para a ordem produtiva contemporânea, ou, até podem existir, mas para uma organização produtiva não imaginada.

Diante dessa constatação se enquadra a importância da atuação dos grupos móveis de fiscalização, bem como o trabalho das varas itinerantes, quer pelo reconhecimento dessa realidade via atuação específica, centralizada e *in loco*, quer pela postura crítica, promovendo inclusão, ainda que à força, desses escravos no sistema ao lhes assegurar direitos trabalhistas.

Da negação à afirmação, ao passo em que garantias até então intangíveis adquirem materialidade.

Há que se atentar para o fato de que inúmeros são os obstáculos com que se deparam esses agentes de fiscalização e combate, pois não lutam apenas

contra a oposição dos fazendeiros ou gatos, mas também e principalmente contra normalidade anormal da história, ou o *continuum* histórico argüido.

E, nesse passo, a incapacidade da assistência governamental em englobar a totalidade dessa realidade permite a fragilidade do sistema, deixando sempre restar à margem, na zona da não visibilidade, uma massa excedente sempre vulnerável.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUDI, Patrícia. A escravidão não abolida. In: *Trabalho Escravo Contemporâneo: o desafio de superar a negação*. Gabriel Velloso, Marcos Neves Fava (coord.), São Paulo: LTr, 2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo: A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *El nuevo espíritu del capitalismo*. trad., Madrid: Akal, 2002.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Trabalho com redução à condição análoga à de escravo: análise a partir do trabalho decente e de seu fundamento, a dignidade da pessoa humana. In: *Trabalho Escravo Contemporâneo: o desafio de superar a negação*. Gabriel Velloso, Marcos Neves Fava (coord.), São Paulo: Ltr, 2006.

CACCIAMALI, Maria Cristina, AZEVEDO, Flávio Antônio Gomes. Dilemas da Erradicação do Trabalho Forçado no Brasil. In: *Revista de Direito do Trabalho*, n.115, ano 30, julho/set., São Paulo: Editora RT, 2004.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 5. ed., trad., Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CHAVES, Valena Jacob. A utilização de mão-de-obra escrava na colonização e ocupação da Amazônia. Os reflexos da ocupação das distintas regiões da Amazônia nas relações de trabalho que se formam nestas localidades. In: *Trabalho Escravo Contemporâneo: o desafio de superar a negação*. Gabriel Velloso, Marcos Neves Fava (coord.), São Paulo: LTr, 2006.

DHnet – Direitos Humanos na Internet. *Lei dos sexagenários*. Extraído de < <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/imperio/sexagenarios.htm>>, consultado em 03/04/2007.

DHnet – Direitos Humanos na Internet. *Lei do Ventre Livre*. Extraído de < <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/imperio/ventrelivre.htm>>, consultado em 03/04/2007.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. Sobre os caminhos institucionais para o combate ao trabalho escravo contemporâneo no âmbito dos municípios. In: *Revista de Direito do Trabalho*. n.116, ano 30, out/dez. São Paulo: Editora RT, 2004.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

FRENCH D., John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. trad., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

KALBRAIGHT, J. Kenneth. *Anatomia do poder*. 2.ed., trad., São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1986.

HISTORIANET – A nossa história. *Brasil Colônia: O trabalho escravo na História do Brasil*. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=4> Acesso em: 31/03/2007.

MELO, Luis Antonio Camargo de. Premissas para um eficaz combate ao trabalho escravo. In: *Revista do Ministério Público do Trabalho*. Ano 1, n. 1 (mar., 1991), São Paulo: LTr, 2003.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Relatório de Fiscalização realizado na Fazenda Cipó Cortado e Barro Branco, município: Sen. La Roque/ MA de propriedade de Ambrosio Fidelis de Carvalho, no período de 13 a 23.03.2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Relatório de Fiscalização realizado na Fazenda Lagoinha, município Bom Jesus das Selvas/MA de propriedade de Antonio Fernandes Camilo Filho, no período de 13 a 23.03.2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. *Trabalho escravo. Notícias*. Disponível em <http://spider.pgt.mpt.gov.br:8080/pgtqc/publicacao/engine.wsp?tmp.area=267&tmp.texto=842>. Acesso em: 17.08.2007.

MIRANDA, Anelise Haase de; SANTIAGO, Ricardo André Maranhão. Das ações proativas do Poder Judiciário e a atuação da Vara Itinerante no combate ao trabalho escravo. *In: Trabalho Escravo Contemporâneo: o desafio de superar a negação*. Gabriel Velloso, Marcos Neves Fava (coord.), São Paulo: LTr, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT: Escritório do Brasil. *Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo*. Disponível em: http://www.oit.org.br/trabalho_forcado/brasil/iniciativas/plano_nacional.pdf . Acesso em: 10 ago.2007.

PEDROSO, Eliane. Da negação ao reconhecimento da escravidão contemporânea. *In: Trabalho Escravo Contemporâneo: o desafio de superar a negação*. Gabriel Velloso, Marcos Neves Fava (coord.), São Paulo: LTr, 2006.

PEREIRA, Cícero Rufino. O termo de ajuste de conduta firmado pelo Ministério Público no combate ao trabalho escravo e a defesa endoprocessual da exceção de pré-executividade. *In: Revista do Ministério Público do Trabalho*. Ano 1, n. 1 (mar., 1991). São Paulo: LTr, 2003.

PIOVESAN, Flávia. Trabalho escravo e degradante como forma de violação aos direitos humanos. *In: Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de negar a negação*. Gabriel Velloso, Marcos Neves Fava (coord.), São Paulo: LTr, 2006.

Plano Estadual de Erradicação do Aliciamento e Prevenção do Trabalho Escravo no Piauí, 2004/2005.

Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo. São Luís/MA, set/2003.

Programa do MDA/INCRA para Erradicação do Trabalho Escravo. Abril/2005

Relatório “*Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI*”. Coordenação de Leonardo SAKAMOTO e Projeto Nacional de Combate ao Trabalho Forçado. Publicação da OIT, em 20/09/2006. Brasília. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/news/nov/ler_nov.php?id=2321>. Acesso em 06/07/2007.

REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/ Procuradoria Geral do Trabalho, ano 1, n. 1, mar. /1991. Brasília: PGT, 1991, v. semestral, São Paulo: LTr, 2003.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. *Notícias*. “*Contrae se reúne em Tocantins*”. Extraído de <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/spddh/noticias2.asp?id=1393>>, consultado em 17/08/2007.

SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. Trabalho forçado e a questão do menor na zona rural do Brasil. In: *Revista de Direito do Trabalho*, n.96, dez/1996, São Paulo: RT- trabalho da criança e adolescente, 1996.

_____. *Trabalho escravo no Brasil*. São Paulo: LTr, 2001.